



Relatório
2009

Fundação

1872
138 anos de atividades ininterruptas

Governança

Nível 1 de Governança Corporativa na BMF Bovespa desde 2003

Sede

Belo Horizonte, MG

Instalações

Fábrica do Cedro em Caetanópolis, MG
Fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas em Sete Lagoas, MG
Fábrica Caetano Mascarenhas em Pirapora, MG
Fábrica Victor Mascarenhas em Pirapora, MG
Centrais de Distribuição em Contagem e Pirapora, MG
Escritório Central em Belo Horizonte, MG

Produtos

Denims, brins e telas para as linhas Moda e Profissional

Mercado

Mercado nacional e principais países da Europa e das Américas

04	Mensagem da Administração	
06	Desempenho Econômico-financeiro	
10	Balanço Sócio-ambiental	
13	Demonstrações Financeiras	
27	Parecer dos Auditores Independentes	

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2009 e o Parecer dos Auditores Independentes.

O ano de 2009 começou com a maioria dos países sentindo os fortes efeitos da crise econômica mundial, iniciada na segunda metade de 2008. Os principais países da Europa, os EUA e o Japão principalmente – entraram em recessão, encolhendo a demanda por produtos industriais dos países periféricos.

No Brasil, embora dois trimestres consecutivos tenham apresentado retração do PIB (o último de 2008 e o primeiro de 2009), a manutenção do crédito e a baixa queda nos índices de emprego permitiram que o mercado interno sustentasse o nível de atividade econômica. Já no segundo trimestre de 2009, a economia do país passou a apresentar os primeiros sinais de recuperação que foram se intensificando ao longo do ano. Segundo o Relatório Focus do Bacen (Banco Central do Brasil), as expectativas do mercado no final do exercício de 2009 eram de crescimento negativo de 0,24%. Esse índice pode ser considerado favorável se comparado com os dos países desenvolvidos e os dos países latino-americanos. Entretanto, foi significativamente inferior aos dos países de economias emergentes como o Brasil.

Em relação à produção industrial, o mesmo relatório do Bacen apontava queda superior a 7,5% em 2009. As previsões para 2010 já indicavam crescimento do PIB em torno de 5% e de 7,5% na produção industrial.

O setor têxtil brasileiro refletiu de forma mais aguda o que ocorreu na economia brasileira como um todo. Houve redução dos investimentos (de R\$ 1,5 bilhão em 2008 para R\$ 850 milhões em 2009) e aprofundamento do déficit da balança comercial (US\$ 2,2 bilhões em 2009 contra US\$ 2,0 bilhões no ano anterior). Segundo estimativas da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), uma queda de 4,6% no varejo do mercado interno correspondeu à redução de 8,5% na indústria.

É importante destacar que a cadeia da indústria têxtil e de confecções sempre constituiu uma âncora no controle da inflação. Segundo compilação da Abit com base em dados da Fipe - USP, o IPC cresceu 213% entre julho de 1994 e dezembro de 2009, enquanto, no mesmo período, o item vestuário variou apenas 22%. Esses números registram uma das adversidades do setor têxtil, uma vez que seus preços não acompanharam a trajetória dos custos. Os salários no setor, por exemplo, foram corrigidos em cerca de 260% e a energia consumida teve um reajuste de 420%.

Na Cedro, a adequação do ritmo da produção ao da demanda, com o objetivo central de preservação de caixa, fez com que o primeiro trimestre de 2009 apresentasse resultado negativo. Ao longo do ano, todavia, a recuperação do poder de compra e a ampliação da base da população economicamente ativa possibilitaram a retomada dos níveis normais de produção. Esse fator, aliado à contínua atenção da Companhia aos custos, possibilitou o retorno da rentabilidade ao patamar de resultado da atividade têxtil.

A capacidade de recuperação e de superação da Companhia, em meio ao cenário turbulento provocado pela crise econômica mundial, evidenciou seu estratégico posicionamento no mercado, sua força competitiva e o comprometimento da equipe com os objetivos organizacionais.

Mantendo seu compromisso de remuneração adequada ao acionista, o Conselho de Administração, em decisão *ad referendum* da Assembléia de Acionistas, definiu o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 3,6 milhões.

Uma importante decisão tomada em 2009 foi a adesão da Cedro ao parcelamento previsto na Lei 11.941/09 ("Refis da Crise"), que proporcionou, em condições vantajosas, solução para a ação judicial em a Companhia questionava a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Não fosse por isso, a Cedro teria apresentado no exercício lucro contábil significativamente maior. A partir desse acordo, a Cedro e sua controlada Cedronorte passaram a ser contribuintes de tal tributo.

No fim do ano, o Conselho de Administração aprovou novo programa de investimentos no valor total de R\$ 43 milhões, a ser executado de 2010 a 2012. Esses investimentos, financiados em condições vantajosas, proporcionarão maior produtividade, eficiência nas linhas de produção e melhoria na qualidade dos produtos.

O Conselho de Administração e a diretoria da Cedro agradecem a confiança e o apoio dos acionistas, dos clientes e dos fornecedores, assim como a dedicação dos seus colaboradores para a superação dos obstáculos e a obtenção dos resultados apresentados neste relatório.

Cristiano Ratto Mascarenhas
Presidente do Conselho de Administração

Aguinaldo Diniz Filho
Diretor-Presidente

Efeitos não recorrentes

Conforme já mencionado, a Administração da Cedro optou por aderir ao programa de parcelamento de débitos contido na Lei 11.941, produzindo efeito contábil negativo de R\$ 19,6 milhões no resultado líquido consolidado. Além disso, conforme determinam a Deliberação CVM 273/98 e a Instrução CVM 371/02, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social, produzindo efeito positivo no resultado de R\$ 13,9 milhões (consolidado), sendo R\$ 1,8 milhão referente ao

próprio exercício de 2009. Portanto, retirando-se tais efeitos, por sua natureza não-recorrente, o resultado final do exercício teria sido de R\$ 8,4 milhões, também no consolidado. As análises que se seguem baseiam-se nos valores ajustados, ou seja, retirando-se os efeitos não recorrentes.

A conciliação dos números consolidados com e sem os efeitos não recorrentes, assim como sua distribuição nas contas é demonstrada da seguinte forma:

Conta	Resultado sem ajuste	Refis	Crédito Fiscal	Resultado ajustado
Receita bruta de vendas	423.378			423.378
(-) Deduções	(65.399)			(65.399)
(=) Receita líquida de vendas	357.979	-		357.979
(-) CPV	(280.918)			(280.918)
(=) Lucro bruto	77.061	-	-	77.061
(-) Despesas com vendas	(31.274)			(31.274)
(-) Despesas administrativas	(18.987)			(18.987)
(±) Outras receitas (despesas) líquidas	1.104	(247)		1.351
(=) Lucro da atividade (Ebit)	27.904	(247)	-	28.151
(-) Resultado financeiro líquido	(22.384)	(7.870)		(14.514)
(=) Resultado operacional	5.520	(8.117)	-	13.637
(-) CSLL e IR	662	(11.483)	14.478	(2.333)
(-) Participação dos administradores	(535)			(535)
(-) Participação de minoritários	(2.896)	-	(545)	(2.351)
(=) Resultado Líquido	2.751	(19.600)	13.933	8.418
margem líquida	0,8%			2,4%
Ebitda	48.310	247		48.557
margem Ebitda	13,5%			13,6%

Receita

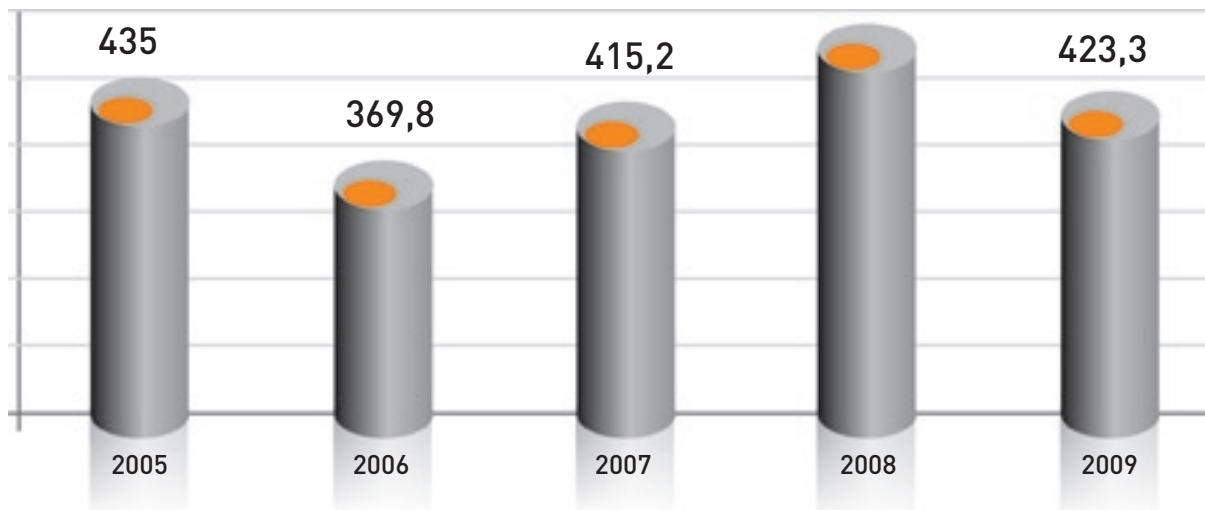
Chamamos a atenção para o fato de que todos os valores doravante mencionados referem-se aos dados consolidados.

Devido à prioridade dada ao caixa, foi necessário adaptar a produção ao ritmo das vendas. Como o mercado retraiu-se em função da crise, reduziu-se a produção durante boa parte do primeiro trimestre. A partir de meados do segundo trimestre, começaram-se a sentir os primeiros sinais de recuperação da demanda. Ainda assim,

se comparados com os mesmos períodos do ano anterior, o segundo e o terceiro trimestres ainda apresentaram Receita Bruta menor (20,2% e 21,8%, respectivamente). No último trimestre, o mercado já estava plenamente recuperado, o que permitiu à Companhia apresentar Receita Bruta 17,8% maior que a do quarto trimestre de 2008. Assim, no cômputo geral do ano, houve queda de 11,2%, ao apresentar Receita Bruta de R\$ 423,3 milhões em comparação com os R\$ 476,5 milhões obtidos em 2008.

Receita Bruta de Vendas (R\$ milhões)

476,5



O quadro apresentado assemelha-se ao da Receita Líquida de Vendas, que foi 11,4% menor em 2009 quando comparada a 2008.

A retomada do processo de valorização do real – após atingir o pico (R\$ 2,42/US\$) no início de março, fechou o ano em R\$ 1,74/

US\$ – fez com que a rentabilidade da exportação ficasse prejudicada. Esse fato, aliado à queda da demanda no mercado internacional foram as causas da redução das exportações em 2009. Essas representavam 6,8% das vendas em 2008, índice que caiu para 3,0% em 2009.

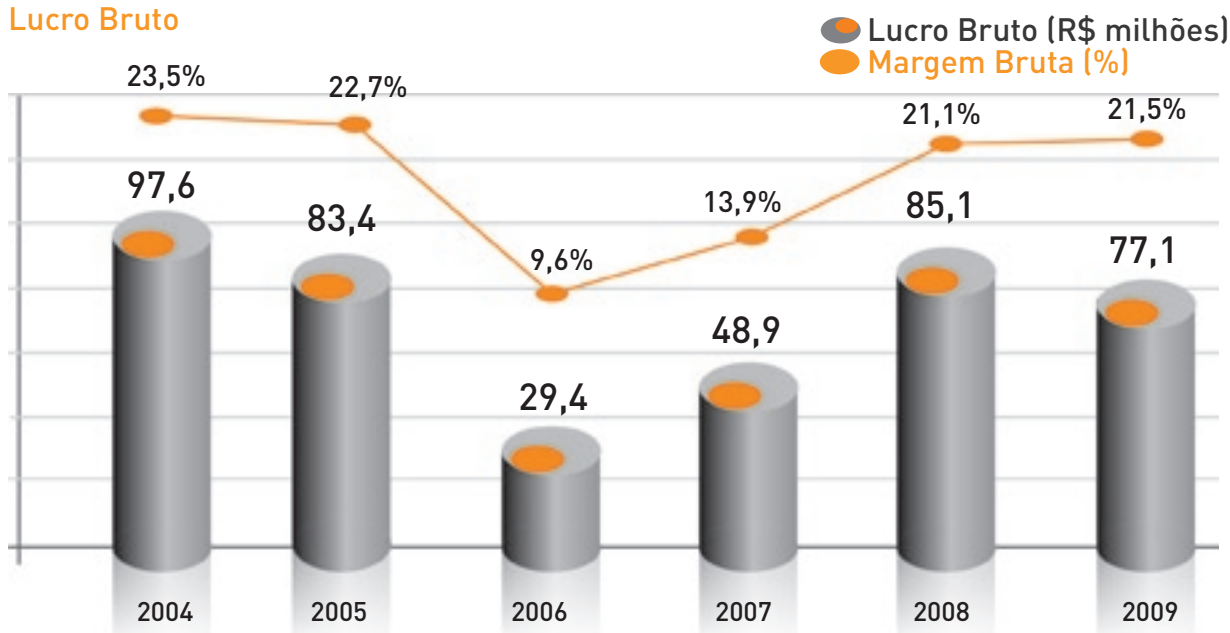
Custos e despesas operacionais

Em função da queda da demanda, o mercado não reagia favoravelmente a aumentos de preços. A administração dos custos foi a solução para impedir maior queda de rentabilidade. Assim, para uma queda de 11,4% na Receita Líquida de Vendas, os Custos dos Produtos Vendidos foram reduzidos em 12%, o que resultou em aumento de

0,4 pp na margem bruta. Com isso, apresentou-se o terceiro ano consecutivo de elevação na margem bruta – um ganho, se levado em consideração o cenário de crise do mercado em 2009.

O lucro bruto de R\$ 85,1 milhões em 2008 caiu 9,5% para R\$ 77,1 milhões em 2009.

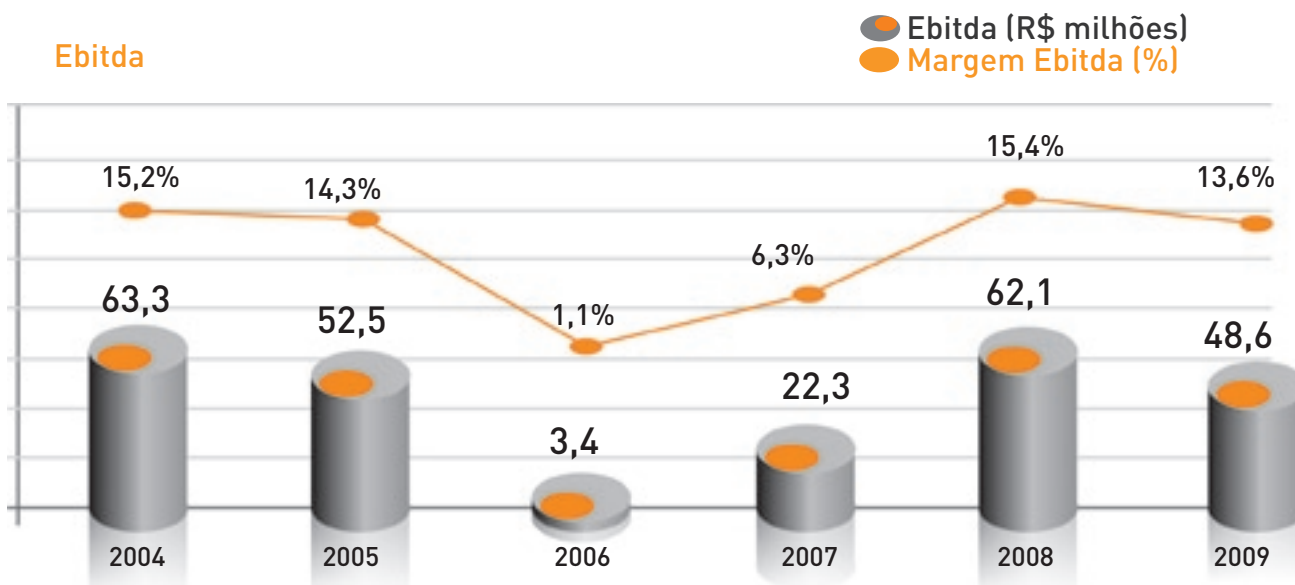
Lucro Bruto



O conjunto das despesas comerciais e administrativas cresceu 1,5%, atingindo R\$ 50,3 milhões. A razão preponderante para o aumento foram as despesas relacionadas com a continuidade da implantação do sistema integrado de gestão (ERP, na sigla em inglês).

Geração de Caixa

A geração de caixa que tinha sido de R\$ 62,1 milhões em 2009, caiu para R\$ 48,6 milhões, uma variação de 21,7%. A margem Ebitda de 15,4% em 2008 caiu 1,8 pp para 13,6% de 2008 para 2009.



Ainda assim, foi suficiente para cobrir as despesas financeiras e possibilitar nova redução no endividamento, conforme demonstrado adiante.

Resultados financeiro e líquido

Ao demonstrar as despesas financeiras líquidas, é importante ressaltar que as análises são realizadas com base em números depois de retirados os efeitos não-recorrentes. De forma agregada, pode-se inferir que as despesas líquidas aumentaram de 2008 para 2009, passando de R\$ 12,1 milhões para R\$ 14,5

milhões. Entretanto, o que de fato ocorreu foi uma redução de R\$ 2,7 milhões nas despesas financeiras.

A abertura dos itens que compõem as despesas financeiras líquidas é a seguinte (valores em R\$ milhões):

	2009	2008	△
Receitas financeiras	2,43	4,17	(1,74)
Despesas financeiras	(15,67)	(18,37)	2,70
Variações cambiais	(1,28)	2,07	(3,35)
Desp. Financeiras líquidas	14,52	12,13	2,39

Como a variação cambial anterior (2008) havia sido positiva (uma receita, portanto), a mesma contribuiu para reduzir o valor das despesas financeiras líquidas. Essa situação se inverteu em 2009, quando a variação cambial representou uma despesa adicional de R\$ 1,28 milhão.

O resultado líquido ajustado em 2009 foi de R\$ 8,4 milhões. Ainda que inferior aos R\$ 24,0 milhões de 2008, é significativo quando analisado no contexto do ambiente econômico desfavorável no qual foi obtido.

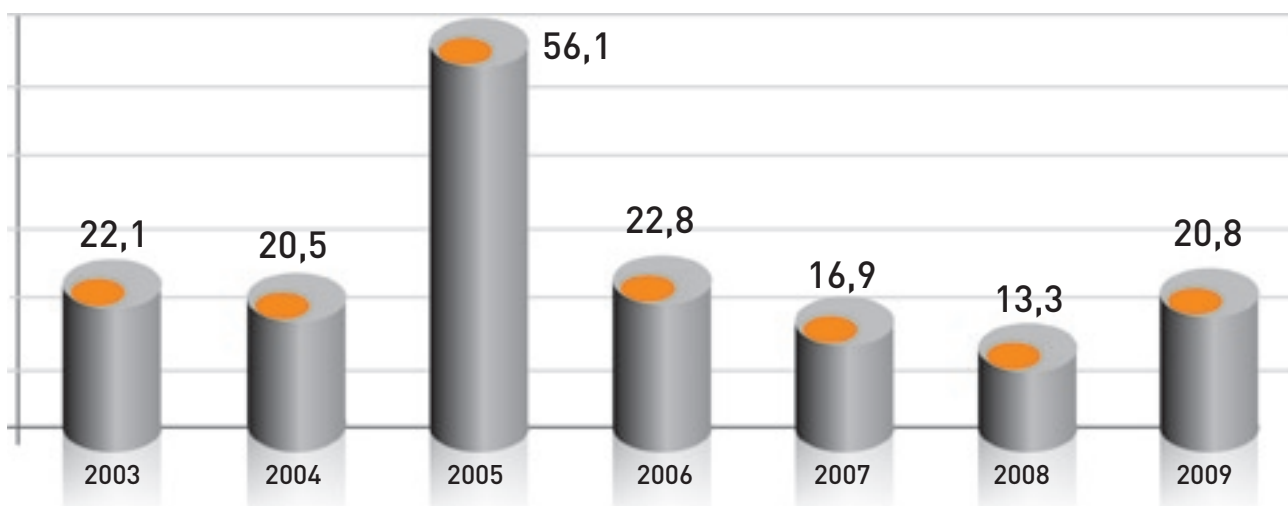
Investimentos e endividamento

Em função da melhoria do mercado observada no final do ano, assim como a disponibilização de linhas de investimento em condições favoráveis (tanto em relação ao custo quanto ao prazo), o Conselho de Administração aprovou antecipação do programa de investimentos para o período até 2012, no valor total de R\$ 43 milhões. Em 2009 já foi contratada parte inicial desses investimentos no valor de R\$ 20,8 milhões, representando um

aumento de 56,3% em relação aos investimentos do ano anterior.

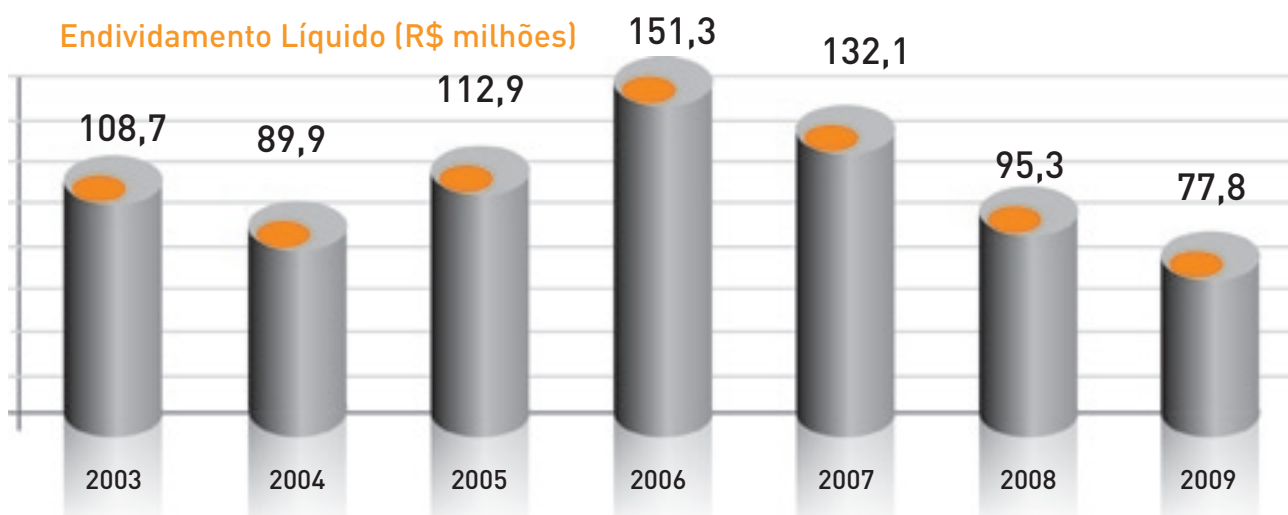
Esses números refletem o comprometimento da Companhia com o constante desenvolvimento tecnológico de seu parque industrial, aprimoramento da qualidade e diversificação de seus produtos, modernização dos processos de gestão, logística e força de vendas.

Investimento (R\$ milhões)



Houve nova redução do endividamento líquido que diminuiu R\$ 17,5 milhões, caindo de R\$ 95,3 milhões em 2008 para R\$ 77,8 milhões ao final de 2009; uma redução de 18,4%. Como consequência, a relação dívida líquida / Ebitda ficou em 1,6.

Endividamento Líquido (R\$ milhões)



Instrução CVM N°381/03

Em atendimento à Instrução CVM n° 381/03, no exercício de 2009, a Cedro e suas controladas não adquiriram serviços de seus Auditores Independentes que não estivessem relacionados com a auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, são requeridas declarações formais desses mesmos auditores quanto a sua independência para realização de serviços de não auditoria. No ano de 2009, os serviços prestados pelos auditores independentes - não relacionados ao trabalho de auditoria externa - foram os de diagnóstico dos processos adotados na implementação do Sped, com honorários de R\$ 300 mil, equivalentes a 130% do valor total pago a título de serviços de auditoria externa.

Em 2009, a Cedro deu continuidade ao conjunto de ações e programas que promovem o seu relacionamento com a comunidade e visam garantir a sustentabilidade e a responsabilidade social em suas atividades.

Os resultados efetivos dos programas de desenvolvimento de pessoas, preservação do meio ambiente e responsabilidade social foram reconhecidos em âmbito nacional e destacados por publicações como a da revista ISTOÉ Dinheiro, que classificou a Cedro entre as melhores

empresas do Setor Têxtil, Couro e Vestuário, com destaque para as categorias de Recursos Humanos, Responsabilidade Social e Governança Corporativa.

Neste contexto, o Grupo de Responsabilidade Social Cedro, em atividade desde 2006, continua coordenando as ações e programas socialmente responsáveis da Companhia concentrando seus esforços na validação e disseminação do Código de Conduta e na evolução do programa de voluntariado Semente Cedro.

Relacionamento com a comunidade

Programa de Voluntariado

Ampliar o alcance da atuação social da empresa, favorecer o diálogo entre a Companhia e seus públicos de relacionamento, reforçar a cultura interna de voluntariado e juntar esforços para atingir os Objetivos do Milênio são os propósitos do Semente Cedro, programa de voluntariado da empresa.

Desde a sua criação em 2006, o Semente Cedro propõe e executa ações de responsabilidade social, principalmente para as comunidades próximas das suas unidades fabris.

Entre suas atividades destacam-se o Dia V, as Hortas Comunitárias, a Feira do Voluntariado e o projeto Tecendo Educação, realizado nas bibliotecas instaladas nas fábricas da Cedro.

O programa possui um Comitê Executivo, responsável pela coordenação corporativa, e quatro Comitês Locais – em Caetanópolis, Pirapora, Sete Lagoas e Belo Horizonte – que elaboram projetos para melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Museu Décio Mascarenhas

A preservação da sua história, e a do setor têxtil, também é um compromisso da Cedro. Desde 1983, mantém o Museu Têxtil Décio Mascarenhas.

Um acervo de quase mil peças mostra a origem e evolução da indústria têxtil em Minas: troles, carruagens, carros de boi, teares, máqui-

nas, telefones, cartelas de chitas, documentos, correspondências, e fotos, além de curiosidades como: o emblema da família real de 1875; a primeira máquina de estampar do estado, trazida da Inglaterra em 1908; um projetor de cinema da década de 30 e documentos de uma antiga colaboradora da Cedro, que trabalhou como aprendiz na tecelagem, de 1956 a 58: Clara Nunes.

Instituto Minas Pela Paz

A Cedro é uma das empresas fundadoras e colaboradoras do Instituto Minas Pela Paz, uma associação de direito privado, de fins não econômicos que, desde 2007, por meio de ações e projetos socioculturais, busca a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos no estado de Minas Gerais.

A instituição nasceu da iniciativa de um grupo formado pelas 10 maiores empresas de Minas, integrantes do Conselho Estratégico da FIEMG, com o apoio do governo do Estado. O Instituto vem atuando de forma efetiva em questões da área de defesa social, levando para as esferas públicas os conceitos e princípios que norteiam a eficiência e a eficácia da gestão de empresas privadas.

Gestão ambiental

Tratamento de Efluentes

A questão ambiental está sempre presente nas ações desenvolvidas pela Cedro. Destacam-se as estações de tratamento de efluentes localizadas nas unidades fabris Geraldo Magalhães Mascarenhas, em Sete Lagoas, e Victor Mascare-

nhas, em Pirapora. Utilizando processos biológicos, essas estações de tratamento removem os resíduos provenientes do processo produtivo e devolvem a água tratada ao meio ambiente, sem poluição ou quaisquer outros danos.

Preservação Ambiental

A Cedro é proprietária de 7.800 hectares em Área de Preservação Ambiental (APA), na Serra do Cipó, localizada no município de Santana do Riacho, em Minas Gerais. Cortada por três dos maiores rios da região, a área é repleta de cachoeiras, matas e lagos, tem flora exótica e grande diversidade de animais silvestres.

Recursos humanos

Programa de Inclusão

Desde 2002, a Cedro promove por meio do seu Programa de Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais, oportunidades de trabalho para dezenas de pessoas que possuem restrições de capacidade laborativa.

Por meio de diagnósticos dos processos e atividades da empresa, em todas as suas

unidades, a Cedro assegura a preservação da saúde destes profissionais e garante a sua adaptação aos postos operacionais.

A Cedro acredita que o resgate da condição profissional é a melhor forma de contribuir para a melhoria das condições de vida desse grupo de pessoas que possui limitadas oportunidades de desenvolvimento.

COMPANHIA DE FIAÇÃO TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA E SUAS CONTROLADAS
BALANÇOS SOCIAIS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

1 - Base de Cálculo	2009 Valor(Mil reais)			2008 Valor(Mil reais)		
	Valor mil R\$	% sobre FPB	% sobre RL	Valor mil R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)			357.979			404.209
Resultado operacional (RO)			5.520			31.869
Folha de pagamento bruta (FPB)			41.688			43.327
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor mil R\$	% sobre FPB	% sobre RL	Valor mil R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.285	17,5%	2,0%	7.899	18,2%	2,0%
Encargos sociais compulsórios	18.687	44,8%	5,2%	17.271	39,9%	4,2%
Previdência privada	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saúde	2.283	5,5%	0,6%	2.132	4,9%	0,5%
Segurança e saúde no trabalho	1.348	3,2%	0,4%	1.367	3,2%	0,3%
Educação	219	0,5%	0,1%	221	0,5%	0,1%
Cultura	47	0,1%	0,0%	49	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	461	1,1%	0,1%	443	1,0%	0,1%
Creches ou auxílio-creche	75	0,2%	0,0%	66	0,2%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	535	1,3%	0,2%	2.494	5,8%	0,6%
Outros	1.955	4,6%	0,6%	1.973	4,5%	0,5%
Total - Indicadores sociais internos	32.895	78,8%	9,2%	33.915	78,3%	8,3%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor mil R\$	% sobre RO	% sobre RL	Valor mil R\$	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Cultura	32	0,6%	0,0%	35	0,1%	0,0%
Saúde e saneamento, Esporte, Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	288	5,2%	0,1%	251	0,8%	0,1%
Total das contribuições para a sociedade	320	5,8%	0,1%	286	0,9%	0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	26.721	484,1%	7,5%	22.191	69,6%	5,5%
Total - Indicadores sociais externos	27.041	489,9%	7,6%	22.477	70,5%	5,6%
4 - Indicadores Ambientais	Valor mil R\$	% sobre RO	% sobre RL	Valor mil R\$	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.941	35,2%	0,5%	2.501	7,8%	0,6%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	227	4,1%	0,1%	173	0,5%	0,0%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.168	39,3%	0,6%	2.674	8,3%	0,6%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (não auditado)

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (X) cumpre de 76 a 100%

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (X) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2009	2008
Nº de empregados(as) ao final do período	3.072	3.410
Nº de admissões durante o período	421	503
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	207	133
Nº de estagiários(as)	19	23
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	425	451
Nº de mulheres que trabalham na empresa	540	604
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	8,0%	7,9%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.095	2.270
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	63,5%	64,8%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	107	131

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (não auditado)

	2009			Metas 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,0			ND		
Número total de acidentes de trabalho	126			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:						
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 744	no Procon zero	na Justiça zero	na empresa zero	no Procon zero	na Justiça zero
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon zero	na Justiça zero	na empresa zero	no Procon zero	na Justiça zero
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: R\$ 127.893			Em 2008: R\$ 139.726		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	29,1% governo 2,4% acionistas	48,4% colaboradores(as) 18,1% terceiros	2,0% retido	24,6% governo 5,1% acionistas	45,2% colaboradores(as) 12,3% terceiros	12,8% retido

7 - Outras Informações (não auditado)

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira - Setor Têxtil - CNPJ: 17.245.234/0001-00 - Minas Gerais.

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Fábio Mascarenhas Alves, (31) 3235.5222, sac@cedro.ind.br.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	12.316	9.819	6.969	6.290
Contas a receber (Nota 5)	45.006	38.309	19.380	18.172
Dividendos a receber	-	-	3.889	1.335
Estoques (Nota 6)	63.197	80.724	34.233	36.639
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	10.230	5.118	4.070	4.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	3.721	-	435	-
Despesas do exercício seguinte	197	366	179	239
Outros ativos	2.965	3.007	1.048	803
Total do circulante	137.632	137.343	70.203	67.553
Não circulante:				
Realizável a Longo Prazo:				
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	17.934	24.125	9.464	8.742
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	16.991	4.832	10.126	3.244
Depósitos judiciais - contribuição social (Nota 16)	1.565	7.175	1.565	4.247
Depósitos judiciais - outras ações	1.522	1.397	1.426	1.353
Bens destinados à venda e outros	1.525	1.274	1.190	919
Total do não circulante	39.537	38.803	23.771	18.505
Investimentos:				
Em controladas (Nota11)	-	-	138.114	133.270
Outros	23	23	23	23
Ágios	834	834	834	834
Imobilizado (Nota 12)	167.258	172.735	48.092	50.609
Intangível (Nota 13)	6.767	2.256	5.942	1.091
Diferido	-	36	-	-
Total do não circulante	214.419	214.687	216.776	204.332
Total do ativo	352.051	352.030	286.979	271.885

PASSIVO

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante:				
Fornecedores	16.544	13.051	36.172	8.960
Comissões a pagar	2.777	2.832	1.448	1.695
Mútuo com controlada	-	-	-	8.991
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	43.462	49.735	25.816	27.570
Debêntures (Nota 15)	539	1.215	-	-
Salários e obrigações sociais	7.924	8.688	4.455	4.908
Participações dos administradores (Nota 10)	535	894	268	732
Impostos e contribuições	2.351	800	1.093	391
Dividendos propostos (Nota 18)	3.115	4.354	2.452	4.126
Programa de Recuperação Fiscal (Nota 16)	13.917	-	-	-
Adiantamentos recebidos	487	2.642	409	1.805
Outras contas a pagar	6.939	8.904	4.716	3.944
Total do circulante	98.590	93.115	76.829	63.122
Não circulante:				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	46.109	53.697	20.478	19.352
Debêntures (Nota 15)	-	491	-	-
Provisão para contingências (Nota 17)	348	373	245	270
Outras contas a pagar	777	659	232	218
Total do não circulante	47.234	55.220	20.955	19.840
Participações dos minoritários	17.285	15.052	-	-
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	102.600	102.600	102.600	102.600
Reserva de capital	2.297	2.297	2.297	2.297
Reservas de lucros	84.045	83.746	84.298	84.026
Total do patrimônio líquido	188.942	188.643	189.195	188.923
Total do passivo e patrimônio líquido	352.051	352.030	286.979	271.885

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais exceto, lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Receita bruta de vendas	423.378	476.491	238.991	322.500
Deduções de vendas	(65.399)	(72.282)	(40.137)	(54.755)
Receita líquida de vendas	357.979	404.209	198.854	267.745
Custo dos produtos vendidos	(280.918)	(319.097)	(170.044)	(210.406)
Lucro bruto	77.061	85.112	28.810	57.339
Receitas (despesas) operacionais:				
Comerciais	(31.274)	(33.222)	(16.528)	(19.450)
Gerais e administrativas	(15.943)	(13.454)	(12.590)	(10.061)
Honorários dos administradores	(3.044)	(2.831)	(2.509)	(2.322)
Outras receitas (despesas) líquidas	1.104	8.536	(344)	8.781
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	27.904	44.141	(3.161)	34.287
Resultado de participações societárias (Nota 11)				
Equivalência patrimonial	-	-	8.733	3.567
Amortização de (ágio) deságio líquida	-	(145)	-	(145)
Resultado financeiro				
Despesas financeiras (Nota 19)	(25.966)	(18.366)	(11.138)	(9.672)
Receitas financeiras (Nota 19)	4.861	4.167	3.899	2.429
Variações cambiais líquidas	(1.279)	2.072	(713)	(780)
Lucro (prejuízo) operacional	5.520	31.869	(2.380)	29.686
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos administradores e minoritários	5.520	31.869	(2.380)	29.686
Imposto de renda (Nota 8 (b))				
- corrente	(2.833)	(2.646)	-	(2.648)
- diferido	14.196	(1.672)	7.854	(1.753)
Contribuição social (Nota 8 (b))				
- corrente	(15.076)	(125)	(4.637)	-
- diferida	4.375	76	2.155	-
Participação dos empregados	-	(1.600)	-	(877)
Participação dos administradores (Nota 10)	(535)	(894)	(268)	(732)
Participação dos minoritários	(2.896)	(993)	-	-
Lucro líquido do exercício	2.751	24.015	2.724	23.676
Ações em circulação no final do exercício			3.569.059	3.569.059
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$			0,76	6,63

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Subvenções para investimento	Legal	Para o desenvolvimento	De retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	102.600	2.297	18.618	10.526	38.101	-	172.142
Lucro líquido do exercício						23.676	23.676
Destinações propostas à Assembléia Geral dos Acionistas:							
Constituição de reservas			1.183	1.183	14.415	(16.781)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$1,83 por ação - R\$1,55 líquidos de imposto de renda na fonte) ..						(6.531)	(6.531)
Dividendos propostos (R\$0,10 por ação)						(364)	(364)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	102.600	2.297	19.801	11.709	52.516	-	188.923
Lucro líquido do exercício						2.724	2.724
Destinações propostas à Assembléia Geral dos Acionistas:							
Constituição de reservas			136	136		(272)	-
Dividendos propostos (R\$0,69 por ação)						(2.452)	(2.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	102.600	2.297	19.937	11.845	52.516	-	189.195

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social e participações	5.520	31.869	(2.380)	29.686
Ajustes				
Depreciação, exaustão e amortização	21.052	25.406	7.126	8.353
Resultado na baixa de ativo imobilizado	799	(8.374)	760	(7.777)
Equivalência Patrimonial	-	-	(8.733)	(3.504)
Amortização de Ágios	-	145	-	145
Juros, variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	17.662	12.511	7.709	7.398
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	(6.697)	491	(1.208)	2.481
Estoques	17.527	(14.863)	2.406	(371)
Impostos e contribuições a recuperar	(4.671)	3.461	23	571
Outros ativos	3.869	1.271	(4.523)	2.252
Fornecedores	3.493	3.778	27.212	(31.360)
Salários e encargos sociais	(764)	1.494	(453)	603
Impostos e contribuições	1.854	(2.953)	2.103	(2.656)
Outros passivos	(5.015)	(83)	(1.628)	(955)
Caixa proveniente das operações	54.629	54.153	28.414	4.866
Juros pagos	(9.036)	(9.121)	(4.498)	(3.796)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.234)	(2.648)	-	(2.648)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	41.359	42.384	23.916	(1.578)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(20.849)	(13.301)	(10.220)	(6.561)
Dividendos recebidos de Controladas	-	-	-	2.334
Recebimento por venda de ativos imobilizados	2.090	12.007	1.507	11.195
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(18.759)	(1.294)	(8.713)	6.968
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(4.354)	(2.174)	(4.126)	(2.105)
Empréstimos captados	46.587	81.628	32.098	48.735
Pagamentos de empréstimos	(62.336)	(126.751)	(33.298)	(60.817)
Empréstimos a controlada	-	-	(9.198)	5.239
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(20.103)	(47.297)	(14.524)	(8.948)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.497	(6.207)	679	(3.558)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.819	16.026	6.290	9.848
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.316	9.819	6.969	6.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Vendas de produtos	423.378	476.491	238.991	322.500
Outras receitas	1.040	11.996	1.456	11.195
Provisão p/devedores duvidosos	(6.175)	(4.730)	(3.301)	(2.412)
	<u>418.243</u>	<u>483.757</u>	<u>237.146</u>	<u>331.283</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(163.176)	(195.337)	(125.784)	(125.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(104.541)	(127.529)	(58.177)	(110.989)
Perda/recuperação de valores ativos	(919)	219	(399)	140
	<u>(268.636)</u>	<u>(322.647)</u>	<u>(184.360)</u>	<u>(236.255)</u>
Valor adicionado bruto	149.607	161.110	52.786	95.028
Depreciação, amortização e exaustão	(21.052)	(25.406)	(7.126)	(8.353)
Amortização de ágio em controlada	-	(145)	-	(145)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	128.555	135.559	45.660	86.530
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	8.733	3.567
Receitas Financeiras	4.861	4.167	3.899	2.429
Valor adicionado total a distribuir	133.416	139.726	58.292	92.526
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração Direta	47.878	50.340	27.327	28.865
Benefícios	10.390	9.189	5.205	4.689
FGTS	3.677	3.640	2.022	2.032
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	35.041	32.750	8.251	21.644
Estaduais	1.681	1.231	218	360
Municipais	444	438	243	254
Juros e alugueis				
Juros	27.245	16.294	11.851	10.452
Alugueis	750	836	451	554
Remuneração de Capitais Próprios				
Juros sobre o Capital Próprio	-	6.531	-	6.531
Dividendos	3.115	592	2.452	364
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	299	16.892	272	16.781
Participação dos minoritários nos lucros retidos	2.896	993	-	-
	<u>133.416</u>	<u>139.726</u>	<u>58.292</u>	<u>92.526</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “CEDRO”, “Cedro”, “Companhia” ou “Controladora”), constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de duas fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante “Cedronorte”) e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”) – indústrias têxteis instaladas em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, e mantém operações no exterior através de sua controlada Cedro International Sàrl, estando esta última em processo de dissolução (Vide Nota 11).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 20.

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das duplicatas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado, quando aplicável (ou relevante), com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 8).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais/bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme descrito na Nota 16, a Cedro e sua Controlada Cedronorte não vinham pagando a contribuição social sobre o lucro líquido até o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(g) Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

As práticas contábeis das controladas são as mesmas, o que garante consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(h) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pela expectativa de vida útil-econômica dos bens, com base no método linear, às taxas mencionadas na Nota 12.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(j) Intangíveis**Marcas, patentes e certificados**

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 13.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

(k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(l) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(n) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(o) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(p) Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

A receita compreende o valor presente pela venda de produtos. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS – Nota 7), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desse incentivo.

(q) Destinação do lucro

A destinação do lucro é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias e proposta da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral.

2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, bem como não concluiu os estudos e análises relacionados com a identificação dos possíveis impactos dessas alterações sobre as suas demonstrações financeiras.

(a) Pronunciamentos

- CPC 16 - Estoques
- CPC 20 - Custos de empréstimos
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- CPC 24 - Eventos subsequentes
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 - Ativo imobilizado
- CPC 30 - Receitas
- CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação

(b) Interpretações

- ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

3 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na Nota 11 e foram preparadas em conformidade com a legislação vigente e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as companhias.

A parcela relativa à participação dos minoritários no patrimônio líquido de controladas é apresentada destacadamente no passivo.

A conciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido entre a controladora e o consolidado é como segue:

	Resultado		Patrimônio líquido	
	2009	2008	2009	2008
Controladora	2.724	23.676	189.195	188.923
Eliminação de resultados não realizados em operações com controladas	27	339	(253)	(280)
Consolidado	<u>2.751</u>	<u>24.015</u>	<u>188.942</u>	<u>188.643</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e contas correntes bancárias	4.539	3.749	3.333	2.716
Certificados de depósitos bancários – CDB	5.797	5.152	2.911	2.656
Cotas de Fundo de Investimentos	644	595	644	595
Debêntures	1.049	-	-	-
Outros	287	323	81	323
	<u>12.316</u>	<u>9.819</u>	<u>6.969</u>	<u>6.290</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado, com rentabilidade próxima à variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Clientes no país	126.936	123.157	63.846	68.109
Clientes no exterior	7.122	10.794	3.338	3.521
Contas a receber descontadas - modalidade "vendedor"	(61.192)	(66.240)	(34.356)	(40.570)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa referentes a saldos anteriores, deduzidos de baixas	(21.953)	(24.645)	(10.415)	(10.436)
Provisão acumulada constituída no exercício	(5.907)	(4.757)	(3.033)	(2.452)
	<u>45.006</u>	<u>38.309</u>	<u>19.380</u>	<u>18.172</u>

6 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	23.578	30.552	14.825	19.174
Produtos em processo	16.683	12.722	9.484	6.360
Matérias-primas	11.284	25.094	5.880	7.978
Materiais auxiliares	11.168	11.926	3.638	2.911
Importações em andamento	484	430	406	216
	<u>63.197</u>	<u>80.724</u>	<u>34.233</u>	<u>36.639</u>

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
ICMS - operações mercantis	8.078	2.516	17.303	23.730
ICMS - aquisição de imobilizado	415	658	498	278
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – antecipados e retidos	1.429	1.738	133	117
Outros	308	206	-	-
	<u>10.230</u>	<u>5.118</u>	<u>17.934</u>	<u>24.125</u>
	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
ICMS - operações mercantis	3.218	2.420	9.233	8.458
ICMS - aquisição de imobilizado	218	284	98	167
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – antecipados e retidos	555	1.269	133	117
Outros	79	102	-	-
	<u>4.070</u>	<u>4.075</u>	<u>9.464</u>	<u>8.742</u>

A movimentação do crédito de ICMS em operações mercantis pode ser assim resumida:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Saldo no início do exercício	26.246	31.746	10.878	13.990
Constituição de crédito oriundo das operações no exercício	85.750	97.950	57.658	51.842
Baixas e débitos oriundos das operações no exercício	(86.615)	(103.450)	(56.085)	(54.954)
Saldo no final do exercício	<u>25.381</u>	<u>26.246</u>	<u>12.451</u>	<u>10.878</u>

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS - Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2009 totalizou na controladora R\$ 7.140 (2008 - R\$ 8.839) e R\$ 17.501 no consolidado (2008 - R\$ 18.223) e foram registrados no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A tendência de aumento do saldo foi interrompida no exercício de 2008 em função das seguintes medidas adotadas pela Administração para realização dos créditos: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de matéria-prima em estados com alíquota de ICMS reduzida.

A Lei nº 17.247 também prevê a autorização para utilização do crédito de ICMS para pagamento de insumos e aquisição de bens de capital, em operações internas, até o limite do saldo acumulado existente em 31 de agosto de 2007. A regulamentação deste dispositivo foi deferida no dia 17 de julho de 2008 através do PTA nº 16.000186696.34.

8 Imposto de renda e contribuição social

(a) Créditos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, são compostos conforme apresentado abaixo:

	Consolidado			
	Contribuição social		Imposto de renda	
	2009	2008	2009	2008
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	46.542	16.739	45.504	48.956
Prejuízo fiscal utilizado para abatimentos de multa e juros – Refis IV	-	-	(10.657)	-
Base negativa, prejuízo fiscal (compensação) no ano calendário	31.671	(595)	30.896	(5.293)
Diferenças intertemporais	12.546	4.260	12.546	10.661
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	90.759	20.404	78.289	54.324
Alíquota	9%	9%	25%	25%
Crédito tributário	8.168	1.836	19.573	13.581
Crédito tributário não reconhecido contabilmente	(3.413)	(1.456)	(3.616)	(9.129)
Total	4.755	380	15.957	4.452
Crédito tributário reconhecido no:				
ativo circulante	(1.069)	-	(2.652)	-
ativo não circulante	3.686	380	13.305	4.452
	Controladora			
	Contribuição social		Imposto de renda	
	2009	2008	2009	2008
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores		27.959	25.038	29.698
Base negativa, prejuízo fiscal (compensação) no ano calendário		14.147	13.411	(4.691)
Prejuízo fiscal utilizado para abatimentos de multa e juros – Refis IV		(10.657)	-	-
Diferenças intertemporais		6.284	6.284	5.793
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos		48.390	34.076	30.800
Alíquota		9%	25%	25%
Crédito tributário		4.355	8.519	7.700
Crédito tributário não reconhecido contabilmente		(2.200)	(113)	(4.456)
Total		2.155	8.406	3.244
Crédito tributário reconhecido no:				
ativo circulante		(112)	(323)	-
ativo não circulante		2.043	8.083	3.244

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2019, conforme estudo aprovado pela administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2019	Total
Controladora	435	563	718	968	1.192	6.685	10.561
Consolidado	3.721	1.886	1.185	1.471	1.677	10.772	20.712

As controladas, instaladas na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, os benefícios gerados são registrados no patrimônio líquido das controladas em conta de reserva de capital.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Cedronorte e da Santo Antônio são respectivamente:

- Projeto de implantação (25% até o ano calendário de 2008 e 12,5% a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013): Laudos do Ministério da Integração Nacional - MIT nºs 0114/2005 e 0234/2006 e processos da Secretaria da Receita Federal do Brasil nºs 10620.000353/2005-89 e 13683.000265/2006-11; e
- Capacidade adicional prevista nos projetos de ampliação e modernização das empresas (75% com vigência até o ano-calendário de 2012): Laudos do MIT nº 0215/2002 e 0304/2006 e processos da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000070/2003-75 e 13683.000034/2007-99.

(b) A conciliação da despesa nominal com a efetiva de imposto de renda e contribuição social, é como segue:

	Consolidado			
	Contribuição social		Imposto de renda	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	5.520	31.869	5.520	31.869
Participações	(535)	(2.494)	-	(2.494)
	4.985	29.375	5.520	29.375
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	9%	9%	25%	25%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(449)	(2.644)	(1.380)	(7.343)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	-	588	-	1.633
Benefícios da Lei 11.941/09 – Refis IV	2.141	-	5.947	-
Outros	(166)	413	(360)	1.381
IR e CSLL ajustados	1.526	(1.643)	4.207	(4.329)
Incentivo Sudene - redução do imposto de renda	-	-	849	319
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	-	92	74
Reconhecimento (realização) de créditos tributários de exercícios anteriores	1.478	1.594	3.551	(382)
Despesa de CSLL de exercícios anteriores e prejuízo fiscal utilizado no abatimento da multa e juros conforme Lei 11.941/09 - Refis IV	(14.147)	-	2.664	-
Outros	442	-	-	-
IR e CSLL efetivos	(10.701)	(49)	11.363	(4.318)
Parcela corrente	(15.076)	(125)	(2.833)	(2.646)
Parcela diferida	4.375	76	14.196	(1.672)
	Controladora			
	Contribuição social		Imposto de renda	
	2009	2008	2009	2008
Lucro (prejuízo) antes dos impostos, contribuições e participações		(2.380)	(2.380)	29.686
Participações		(268)	(268)	(1.609)
		(2.648)	(2.648)	28.077
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social		9%	25%	25%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		238	662	(7.019)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial		786	2.183	892
Juros sobre o capital próprio		-	-	1.633
Benefícios da Lei 11.941/09 – Refis IV		270	751	-
Outros		(21)	(243)	(162)
IR e CSLL ajustados		1.273	3.353	(4.656)
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador		-	-	66
Reconhecimento de créditos tributários de exercícios anteriores		882	1.837	189
Despesa de CSLL de exercícios anteriores e prejuízo fiscal utilizado no abatimento da multa e juros conforme Lei 11.941/09 - Refis IV		(5.078)	2.664	-
Outros		441	-	-
IR e CSLL efetivos		(2.482)	7.854	(4.401)
Parcela corrente		(4.637)	-	(2.648)
Parcela diferida		2.155	7.854	(1.753)

(c) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, foram utilizadas as prerrogativas definidas no RTT.

9 Partes relacionadas

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte		Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2009	2008	2009	2008
Saldos				
Contas a receber	650	3	1.077	21
Dividendos a receber	-	-	3.889	1.335
Fornecedores	(5)	(5)	(30.123)	(1.964)
Mútuo ativo (passivo)	6	(4.655)	274	(4.336)
Transações				
Compras	(97)	(35)	(73.753)	(95.444)
Vendas	665	286	11.281	12.714
Receitas financeiras	142	38	56	30
Despesas financeiras	(47)	(798)	(160)	(197)

Os contratos de mútuo são remunerados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 2% ao ano, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas.

As operações de compras e vendas são feitas a preços de mercado, com prazo médio de 30 dias para pagamento. Não são cobrados juros por atrasos, bem como não são concedidos descontos por antecipações.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira – ABC, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as contribuições em 2009 e 2008 foram realizadas conforme demonstrativo a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Contribuições a ABC	426	1.824	267	1.237

Adicionalmente, a Cedro mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da administração, adquirindo serviços advocatícios que totalizam R\$ 118 na controladora (2008 – R\$ 152) e R\$ 168 no consolidado (2008 – R\$ 164). Os preços dos serviços são compatíveis ou abaixo dos praticados pelo mercado sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

10 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Honorários	3.044	2.831	2.509	2.322
Participação nos lucros	535	894	268	732
	<u>3.579</u>	<u>3.725</u>	<u>2.777</u>	<u>3.054</u>

11 Investimentos em controladas

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, são sumarizadas como segue:

	Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte		Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2009	2008	2009	2008
Milhares de ações possuídas pela Companhia				
Ordinárias	3.376	3.376	2.075	2.075
Preferenciais	4.673	4.673	1.322	1.322
Participação da Companhia				
No capital social integralizado	99,99%	99,99%	85,44%	85,44%
No capital votante	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Patrimônio líquido ajustado	37.855	44.869	118.683	103.346
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(7.014)	(1.798)	19.889	6.822

	Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte		Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio		Total
	2009	2008	2009	2008	
Movimentação de Investimento					
Saldos em 31 de dezembro de 2007	47.492		84.525		132.017
Amortização do ágio		(5)	(140)		(145)
Dividendos a receber		-	(1.335)		(1.335)
Ajuste de equivalência patrimonial		(2.266)	5.833		3.567
Reclassificação de ágio a amortizar		(23)	(811)		(834)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	45.198		88.072		133.270
Dividendos a receber		-	(3.889)		(3.889)
Ajuste de equivalência patrimonial		(8.170)	16.903		8.733
Saldos em 31 de dezembro de 2009	37.028		101.086		138.114

Outras informações relevantes sobre os investimentos

Em 14 de dezembro de 2009, foi realizada Assembleia dos acionistas que deliberou sobre a dissolução da Cedro International Sàrl. Este ato foi protocolado junto ao Registre Du Commerce de Genève, Suíça, iniciando os procedimentos legais, momento em que foi alterada a razão social para Cedro International Sàrl, em Liquidation.

O Patrimônio Líquido é negativo em R\$ 76 mil e o resultado em 2009 foi de R\$ 334 mil.

12 Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Edificações e benfeitorias	70.164	69.884	28.737	28.866
Máquinas, equipamentos e instalações	344.259	333.762	144.007	144.978
Veículos, móveis, utensílios e outros	9.658	7.717	8.437	6.480
Reflorestamento	-	445	-	445
Bens em operação	424.081	411.808	181.181	180.769
Depreciação e exaustão acumuladas	(268.141)	(253.728)	(137.866)	(136.552)
	155.940	158.080	43.315	44.217
Terrenos	4.152	4.157	1.512	1.517
Obras em andamento	7.166	10.498	3.265	4.875
Total do imobilizado	<u>167.258</u>	<u>172.735</u>	<u>48.092</u>	<u>50.609</u>

Movimentação do Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Saldo no início do período	172.735	188.741	50.609	55.984
Adições no exercício	15.246	12.291	4.619	3.678
Valor residual de bens baixados	(792)	(3.451)	(760)	(3.236)
Depreciação e exaustão	(19.931)	(24.846)	(6.376)	(5.817)
Saldo no final do período	<u>167.258</u>	<u>172.735</u>	<u>48.092</u>	<u>50.609</u>

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia e suas controladas concluíram a primeira de suas análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos bens do imobilizado. Para fins desta análise a Companhia solicitou a seus engenheiros e técnicos a emissão de Laudo de Avaliação datado de 1º de julho de 2009, aprovado pelo Conselho de Administração em 8 de Julho de 2009. Para a elaboração do laudo, os engenheiros consideraram o planejamento operacional da Companhia e suas controladas para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia e suas controladas não efetuam a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado foi considerado como sendo igual a zero. A nova estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado, de forma comparativa com as atuais, está demonstrada no quadro a seguir.

Itens do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação	
	2009	2008
Edificações e benfeitorias	2,3%	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	4,4%	9,5%
Veículos, móveis, utensílios e outros	10,5%	10,5%

Como consequência, a taxa de depreciação de determinados bens das rubricas "Edificações e Benfeitorias" e "Máquinas, Equipamentos e Instalações" foram reduzidas a partir de 1º de julho de 2009. Dessa forma, os encargos de depreciação no ano foram reduzidos em aproximadamente R\$ 637 mil (R\$ 2.763 mil consolidado).

13 Intangível

	Consolidado		Controladora		Taxas anuais de depreciação	Movimentação do Intangível			
	2009	2008	2009	2008		Consolidado 2009	Consolidado 2008	Controladora 2009	Controladora 2008
Marcas, patentes e certificados	2.141	2.137	840	837	10%	2.256	1.627	1.091	692
Softwares e licenças de uso	12.893	7.318	8.469	2.875	20%	5.602	1.010	5.601	2.883
Amortização acumuladas	(8.267)	(7.199)	(3.367)	(2.621)		(7)	-	-	-
	<u>6.767</u>	<u>2.256</u>	<u>5.942</u>	<u>1.091</u>		<u>(1.084)</u>	<u>(381)</u>	<u>(750)</u>	<u>(2.484)</u>
						<u>6.767</u>	<u>2.256</u>	<u>5.942</u>	<u>1.091</u>

14 Empréstimos e Financiamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

Moeda/indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado				
			2009		2008		
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2009	100% CDI + 2,00 a 4,91	-	-	3.069	-
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2010	100% CDI + 2,90 a 2,92	5.892	-	4.143	5.882
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2012	100% CDI + 3,04	342	6.814	-	-
Cédula de Crédito Exportação	R\$	2011	10,91 + TR	27	2.500	-	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	6,75	-	-	4.662	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	17,14	-	-	5.468	-
Finame	UR/TJLP	2009	TJLP + 3,60	-	-	9	-
FNE - IND	R\$	2017	8,45 a 9,78	2.555	15.996	2.448	18.456
Finame	UR/TJLP	2010	TJLP + 3,80	1.814	-	1.820	1.804
Finame	UR/TJLP	2010	TJLP + 4,30	31	-	53	31
Finame	UR/TJLP	2013	TJLP + 2,38	182	479	66	658
Finame/Res 635	UM/BNDES	2010	Res. 635 + 3,80	152	-	204	203
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	TR + 10,46 a 13,70	-	-	13.894	-
EGF	R\$	2010	6,75	1.012	-	-	-
Giro Setorial	R\$	2009	TJLP + 2,83	-	-	3.175	3.529
Proim	IPCA	2013	6,00	16	6.404	15	6.142
Finimp/ Open End	US\$	2010	Libor + 1,25	341	-	914	446
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	17,14	-	-	2.992	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2010	TR + 10,91 a 11,39	20.222	-	-	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2011	11,25	4.103	4.000	-	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2011	CDI + 127	3.797	938	3.784	4.688
Cédula de Crédito Industrial	UM/BNDES	2015	Taxa Res. 635 + 2,80	84	344	112	575
Cédula de Crédito Industrial	UR/TJLP	2015	TJLP + 3,00 a 3,30	853	3.483	855	4.314
Findes Pro-Invest	IPCA	2015	6,00	436	4.661	12	4.881
Finimp	CHF	2009	Libor CHF + 0,70	-	-	470	-
Modermaq	R\$	2011	10,90 a 11,00	1.603	490	1.570	2.088
				<u>43.462</u>	<u>46.109</u>	<u>49.735</u>	<u>53.697</u>

Moeda/indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora				
			2009		2008		
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2009	100% CDI + 2,00 a 4,91	-	-	1.042	-
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2010	100% CDI + 2,90 a 2,92	5.892	-	4.143	5.882
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2012	100% CDI + 3,04	342	6.814	-	-
Cédula de Crédito Exportação	R\$	2011	10,91 + TR	27	2.500	-	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	6,75	-	-	4.662	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	17,14	-	-	5.468	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009	TR + 13,70	-	-	5.811	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2010	TR + 10,91	9.915	-	-	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2011	11,25	3.665	3.600	-	-
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2011	CDI + 127	3.797	938	3.784	4.688
Cédula de Crédito Industrial	UM/BNDES	2015	Taxa Res. 635 + 2,80	71	291	96	486
Cédula de Crédito Industrial	UR/TJLP	2015	TJLP + 3,00 a 3,30	722	2.950	724	3.653
Findes Pro-Invest	IPCA	2015	6,00	8	2.975	7	2.858
Finimp	CHF	2009	Libor CHF + 0,70	-	-	470	-
Modermaq	R\$	2011	11,00	1.377	410	1.363	1.785
				<u>25.816</u>	<u>20.478</u>	<u>27.570</u>	<u>19.352</u>

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2009 e 2008, vencem como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
2010	-	21.816	-	12.398
2011	17.884	8.029	12.067	2.702
2012	10.277	6.610	4.940	1.373
2013	6.650	6.550	1.373	1.373
2014 a 2017	11.298	10.692	2.098	1.506
	<u>46.109</u>	<u>53.697</u>	<u>20.478</u>	<u>19.352</u>

Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil aproximado de R\$ 9.100 na controladora (2008 - R\$ 8.900) e R\$ 76.500 no consolidado (2008 - R\$ 75.990). A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 32.311 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 36.329).

15 Debêntures

Refere-se a debêntures nominativas escrituradas a partir do exercício de 1998, a favor do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, na controlada Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de debêntures junto ao Banco do Nordeste é representado por 255.974 títulos não conversíveis em ações (817.570 em 2008) amortizáveis em parcelas semestrais iguais, cujo último vencimento será em 2010. As debêntures estão sujeitas a encargos de 4% a.a., acrescidos da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo.

	Consolidado	
	2009	2008
Circulante	539	1.215
Não circulante	-	491
	<u>539</u>	<u>1.706</u>

16 Programa de Recuperação Fiscal

Conforme decisão transitada em julgado no STF em 1992, a Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e sua controlada Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte deixaram de recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que este procedimento tem sido contestado pelas autoridades fiscais, que lavraram autos de infração pelo seu não-pagamento. Em decorrência desses autos de infração a administração efetuou depósitos judiciais correspondentes aos períodos apurados a partir de 1999, visando a garantia de emissão de certidões negativas de débitos pela Receita Federal do Brasil, mantidos a valores históricos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 30 de junho de 2009, o montante estimado, da contingência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não contabilizado, totalizava aproximadamente R\$ 48.000 mil no consolidado e R\$ 6.700 mil na controladora, incluindo encargos de juros e multas. Entretanto, em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei n.º 11.941/09 e pela Medida Provisória n.º 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) A adesão ao parcelamento do REFIS foi de 30 meses, sendo que a Companhia já efetuou depósitos judiciais e pretende efetuar a liquidação à vista face ao desempenho do fluxo de caixa ser favorável e proporcionarem reduções conforme previsão da Lei 11.941/09. A Companhia decidiu, dessa forma, por provisionar os débitos considerando os benefícios da liquidação à vista.
- (b) O valor de prejuízos fiscais, utilizado para liquidação dos débitos, monta a R\$ 2.664 mil em 31 de dezembro de 2009. Em atendimento à Instrução CVM n.º 346/00, os montantes decorrentes de créditos tributários anteriormente não reconhecidos, porém utilizados no processo de parcelamento REFIS, estão também registrados na conta "IRPJ sobre Prejuízo Fiscal", destacada no resultado do exercício, de forma a revelar a sua natureza não recorrente.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. A movimentação dos valores devidos após os benefícios do Programa de Recuperação Fiscal é demonstrada como segue:

	Consolidado					Total
	Principal atualizado	Multa	Juros	Prejuízo fiscal	Depósitos Judiciais (*)	
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	14.147	246	10.299	(2.664)	(8.111)	13.917

	Controladora					Total
	Principal atualizado	Multa	Juros	Prejuízo fiscal	Depósitos Judiciais (*)	
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.078	246	2.418	(2.664)	(5.078)	-

(*) Para fins de compensação com os valores devidos, os depósitos judiciais relacionados com as contingências da CSLL foram atualizados na data da adesão ao Refis.

O principal da dívida, os juros e a multa foram lançados nas rubricas "Contribuição social - corrente", "Despesas financeiras" e "Outras receitas e despesas, líquidas", respectivamente, na demonstração do resultado do exercício de 2009.

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações. A administração acompanha a evolução desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais, para todos aqueles processos cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável, é constituída provisão para perda, registrada no Passivo Exigível a Longo Prazo.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	Consolidado			2009
	2008	Adições	Baixas	
Tributárias:				
IOF	24			24
PIS e Cofins resultantes da inclusão do ICMS na sua base de cálculo	978			978
Seguro de Acidentes do Trabalho	805			805
Imposto sobre Importação de Máquinas	176		(176)	-
Taxas florestais/lbama	180			180
Taxa de incêndio de edificações	143	24		167
	<u>2.306</u>	<u>24</u>	<u>(176)</u>	<u>2.154</u>
Trabalhistas	513		(40)	473
Total das contingências	2.819	24	(216)	2.627
Depósitos judiciais	(2.446)	(24)	191	(2.279)
	<u>373</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>348</u>

	Controladora			2009
	2008	Adições	Baixas	
Tributárias:				
IOF	24			24
PIS e Cofins resultantes da inclusão do ICMS na sua base de cálculo	501			501
Seguro de Acidentes do Trabalho	795			795
Imposto sobre Importação de Máquinas	176		(176)	-
Taxas florestais/lbama	73			73
Taxa de incêndio de edificações	95	13		108
	<u>1.664</u>	<u>13</u>	<u>(176)</u>	<u>1.501</u>
Trabalhistas	454		(40)	414
Total das contingências	2.118	13	(216)	1.915
Depósitos judiciais	(1.848)	(13)	191	(1.670)
	<u>270</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>245</u>

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas e tributárias, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, nos montantes de aproximadamente R\$ 6.800 (consolidado) e R\$ 4.000 (controladora) em 31 de dezembro de 2009, para as quais não é constituída provisão para contingências.

18 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

É representado por 2.036.899 ações ordinárias com direito a voto e 1.532.160 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo o total de 3.569.059, todas escriturais e sem valor nominal.

(b) Direitos das ações

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle nas condições previstas no artigo nº 254 da Lei 6.404/76.

Conforme previsão na Lei das Sociedades Anônimas, as ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) – representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.

(iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

(d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	2.724	23.676
Retenção de reserva legal	(136)	(1.183)
	<u>2.588</u>	<u>22.493</u>
Dividendos propostos (*)	2.452	5.919
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>90%</u>	<u>25%</u>

(*) Considera R\$ 5.555 pagos na forma de juros sobre capital próprio em 2008 (líquido de IRRF).

19 Receitas (despesas) financeiras

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Despesas financeiras				
Despesa financeira – controladas	-	-	(207)	(995)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(3.038)	(3.778)	(1.921)	(2.558)
Juros e encargos sobre financiamentos	(9.757)	(11.169)	(5.070)	(4.510)
Atualização débitos - CSLL (Lei 11.941 – Refis)	(10.299)	-	(2.418)	-
Outras despesas financeiras	(2.872)	(3.419)	(1.522)	(1.609)
	<u>(25.966)</u>	<u>(18.366)</u>	<u>(11.138)</u>	<u>(9.672)</u>
Receitas financeiras				
Descontos ativos	208	46	67	28
Juros sobre depósitos judiciais	152	415	121	415
Juros sobre depósitos judiciais CSLL no Refis	2.428	-	2.428	-
Receita de aplicações financeiras	617	2.510	331	1.621
Receita financeira - controladas	-	-	198	68
Outras receitas financeiras	1.456	1.196	754	297
	<u>4.861</u>	<u>4.167</u>	<u>3.899</u>	<u>2.429</u>

20 Instrumentos financeiros**(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas do balanço patrimonial. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores registrados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e empréstimos se aproximam do valor de mercado.

(b) Gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(d) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A exposição cambial líquida da Companhia e suas controladas, está vinculada ao dólar norte-americano e ao euro, é assim demonstrada pelo valor contábil consolidado:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Financiamentos em moeda estrangeira	(341)	(1.830)
Fornecedores mercado externo	-	(2.077)
Depósitos de margem (<i>hedge</i>)	149	-
Contas a receber em moeda estrangeira	<u>7.122</u>	<u>10.794</u>
Exposição ativa líquida	<u>6.930</u>	<u>6.887</u>

(e) Análise de sensibilidade

Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada Cia de Fiação e Tecidos Santo Antônio têm o propósito exclusivo de proteger suas operações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio e não são utilizados para fins especulativos. O objetivo da utilização de tais instrumentos é minimizar riscos de mercado protegendo a empresa contra oscilações na taxa de câmbio e que poderiam influenciar receitas, custos e ou investimentos. Os contratos de derivativos possuem chamadas de margem, que consiste em efetuar depósitos para garantir o cumprimento dos contratos. O valor total de margem depositada em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 149 na controlada Cia de Fiação e Tecidos Santo Antônio.

Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a controladora e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações trimestrais financeiras (ITR) contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento. Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício social, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2009.

<u>Indexador</u>	Consolidado			
	<u>Valor</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível 25%</u>	<u>Cenário remoto 50%</u>
TR + 10,466% a 13,692%	37.824	1.233	1.541	1.849
127% CDI	13.049	405	507	608
IPCA + juros de 6,00% a 6,16%	11.516	319	399	479
TJLP + juros de 3,60% a 4,50%	2.658	69	86	103
<i>Euribor / Libor</i> de 0,70% a 1,25%				
e 8,38% + variação cambial	341	14	17	20
	<u>65.388</u>	<u>2.040</u>	<u>2.550</u>	<u>3.059</u>
				Controladora
<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível 25%</u>	<u>Cenário remoto 50%</u>
TR + 10,466% a 13,692%	25.949	846	1.057	1.269
127% CDI	13.049	405	507	608
IPCA + juros de 6,00% a 6,16%	2.982	83	103	124
	<u>41.980</u>	<u>1.334</u>	<u>1.667</u>	<u>2.001</u>

21 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro visando cobrir riscos operacionais, compreendendo máquinas e equipamentos, instalações, estoques, transporte de matéria-prima e produtos, junto a instituições seguradoras nacionais. Em 31 de dezembro de 2009 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totalizam R\$ 94.391 (Consolidado – R\$ 150.807).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiano Ratton Mascarenhas
Presidente

Amélia Gonzaga Carvalho Silva
Vice-presidente

André Maurício Miranda
Vice-presidente

Alberto Haas
Secretário

Aguinaldo Diniz Filho

Ayres Augusto Álvares da Silva Mascarenhas

Clarissa Caçado de Lara Resende

Estevam Rodrigo de Mascarenhas e Magalhães

Fabiano Soares Nogueira

Fernando Bicalho Dias

Paula Mascarenhas de Freitas Borges

Silvio Diniz Ferreira Júnior

Sérgio Rabello Tamm Renault

DIRETORIA

Aguinaldo Diniz Filho
Diretor-Presidente

Fabiano Soares Nogueira
Diretor Executivo

Fábio Mascarenhas Alves
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Luiz César Guimarães
Diretor Executivo

Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Diretor Executivo

Francisco Geraldo Batista Cavalcanti
Diretor Adjunto

Marco Antônio Branquinho Júnior
Diretor Adjunto

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares
Gerente de Contabilidade CRC-MG 32.041/O-4

Antônio Pereira Filho
Contador CRC-MG 49.896/O-1

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira ("Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações da Companhia referentes aos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos consolidados de caixa e os valores consolidados adicionados nas operações desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 23 de março de 2010.

PricewaterhouseCoopers



Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira

Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiano Rattton Mascarenhas – Presidente
Amélia Gonzaga Carvalho Silva – Vice-presidente
André Maurício Miranda – Vice-presidente
Alberto Haas – Secretário
Aguinaldo Diniz Filho
Ayres Augusto Álvares da Silva Mascarenhas
Clarissa Cançado de Lara Resende
Estevam Rodrigo de Mascarenhas e Magalhães
Fabiano Soares Nogueira
Fernando Bicalho Dias
Paula Mascarenhas de Freitas Borges
Sílvio Diniz Ferreira Júnior
Sérgio Rabello Tamm Renault

DIRETORIA

Aguinaldo Diniz Filho – Diretor-Presidente
Fabiano Soares Nogueira – Diretor Executivo
Fábio Mascarenhas Alves – Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães – Diretor Executivo
Victor Mascarenhas de Freitas Borges – Diretor Executivo
Francisco Geraldo Batista Cavalcanti – Diretor Adjunto
Marco Antônio Branquinho Júnior – Diretor Adjunto

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares – Gerente de Contabilidade
Antônio Pereira Filho – Contador

EDIÇÃO E PRODUÇÃO

Lélio Fabiano e Associados – Coordenação Editorial
AVI Design – Projeto Gráfico, Arte e Editoração
Gráfica Premier – Impressão

